



ACÓRDÃO Nº914/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11059/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Anamã
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** Benedito Soares Bastos (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 477/2019-DMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Anamã. Exercício de 2016.

Irregularidade. Alcance. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Benedito Soares Bastos**, responsável pela **Câmara Municipal de Anamã, exercício de 2016**, nos termos do art. 22, inciso III, alíneas 'b' e 'c' da LO-TCE-AM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso III, alíneas 'b' e 'c' da Resolução TCE nº 04/2002;
- 10.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. Benedito Soares Bastos** no valor de **R\$ 7.000,00**, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Anamã, pelo **Dano ao Erário verificado no item 11 da DICAMI**, nos termos do art. 927 da Lei nº 10.406, de 10/01/ 2002 c/c art. 304, inciso I do Regimento Interno deste TCE/AM.
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Benedito Soares Bastos** no valor de **R\$ 13.654,40**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Nos termos do art. 54, inciso II da



ACÓRDÃO Nº914/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Lei Orgânica c/c art. 308, inciso I, alínea 'a' do Regimento Interno, ambos deste TCE/AM, pelo atraso de oito meses na remessa mensal de dados do Sistema E-Contas, nos termos do art. 15 e incisos e do art. 20, inciso II e §1º da Lei Complementar AM nº 06/1991 (redação dada pela LC AM nº 24/2000) e do art. 1º inciso II e art. 6º da Resolução TCE-AM nº 13/2015. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Benedito Soares Bastos no valor de R\$ 14.000,00, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Esta multa é decorrente de graves infrações às normas legais e regulamentares, nos termos do art. 54, inciso II da Lei Orgânica c/c art. 308, inciso VI do Regimento Interno, ambos deste TCE/AM, pelas impropriedades abaixo relacionadas:

- 10.4.1.** Restrição 04 da DICAMI: controle insuficiente de materiais registrados, violando o princípio da eficiência (art. 37 da CR/88) e arts. 94, 95, 96 da Lei 4.320/64;
- 10.4.2.** Restrição 05 da DICAMI: omissão das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Poder Legislativo no portal da transparência, violando os arts. 48 (inciso II) e 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- 10.4.3.** Restrição 09 da DICAMI: desatualização do portal de transparência, descumprindo a LC n. 131/2009 e seu regulamento, Decreto n. 7.185/2010;
- 10.4.4.** Restrição 18 da DICAMI: atraso na publicação dos RGF's, do exercício 2016, descumprindo os arts. 48, caput, e 55, §2º da LC 101/00;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica **do TCE/AM**), **condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.5. Aplicar Multa ao Sr. Benedito Soares Bastos no valor de R\$ 3.500,00, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao



ACÓRDÃO Nº914/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Exercício do Controle Externo - FAECE. Multa em razão do descumprimento do item 9.5 do Acórdão nº 94/2017-TCE do Tribunal Pleno (impropriedade 17 da DICAMI – descumprimento de decisão do Tribunal de Contas), nos termos do art. 54, inciso IV da Lei Orgânica c/c art. 308 inciso II, alínea 'a' do Regimento Interno, ambos deste TCE/AM. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.6. Dar ciência ao Sr. Benedito Soares Bastos acerca do julgado.

11- Ata: 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Setembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

EVELYN FREIRE DE CARVALHO
Procuradora-Geral, em substituição